



# CÂMARA MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA-CE

## CONCURSO PÚBLICO

### COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

ESCREVA NO CAMPO ABAIXO A NUMERAÇÃO CONTIDA EM SEU CARTÃO-RESPOSTA:

Nº \_\_\_\_\_

### INSTRUÇÕES GERAIS

- O (a) candidato(a) receberá do Fiscal de Sala o material a seguir descrito:
  - ✓ este caderno com 40 (quarenta) questões do tipo objetiva, cada qual com quatro alternativas (A, B, C e D); e
  - ✓ um cartão-resposta destinado às respostas das questões objetivas.
- Ao receber o cartão-resposta, o(a) candidato(a) deverá:
  - ✓ conferir seus dados pessoais, como nome e CPF, que constam na parte superior do cartão-resposta;
  - ✓ caso exista algum erro de digitação ou impressão no seu cartão-resposta, comunicar imediatamente ao Fiscal de Sala, a fim de que seja registrado em Ata de Sala e seja feita a devida substituição;
  - ✓ ler atentamente as instruções contidas no cartão-resposta, para o seu devido preenchimento;
  - ✓ assinar o cartão-resposta no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta fabricada em material transparente.
- O cartão-resposta é o único documento válido para o processamento das respostas da prova objetiva e, em hipótese alguma, será substituído por erro do(a) candidato(a).
- O cartão-resposta não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado nem pode conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- Somente será permitido ao(à) candidato(a) retirar-se definitivamente do local de prova após transcorrido o tempo de 03 (três) horas de seu início, mediante a entrega obrigatória do seu caderno de questões e de seu cartão-resposta, devidamente preenchido e assinado, ao Fiscal de Sala.
- O(a) candidato(a) poderá ausentar-se da sala de aula, para utilização de sanitários ou para beber água, após transcorrido o tempo de 01 (uma) hora de seu início e até o prazo de 20 (vinte) minutos antes do término do tempo de prova.
- O(a) candidato(a) deverá devolver ao Fiscal de Sala, obrigatoriamente, o cartão-resposta e o caderno de questões. Caso se negue a entregá-los, será eliminado(a) do concurso.
- O tempo disponível para realização das questões objetivas, bem como ao preenchimento do cartão-resposta, é de 04 (quatro) horas.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Boa sorte!

## LÍNGUA PORTUGUESA

### TEXTO 1

#### Saneamento ganha novo peso nas discussões climáticas da COP30

Por Lussana Neves\*

A COP30, realizada em Belém (PA), consolidou uma mudança importante no debate global sobre clima: a universalização do saneamento básico deixou de ser tratada apenas como um tema social e passou a ocupar posição central na pauta ambiental internacional.

Delegações de mais de 160 países têm destacado que não é possível falar em adaptação climática, redução de desigualdades ou segurança hídrica sem ampliar o acesso à água potável e ao tratamento de esgoto.

A discussão avança em conformidade com a Agenda 2030 e com o ODS 6, que estabelece a meta de garantir saneamento universal. A lógica é simples e inequívoca: quanto mais vulnerável uma população é — especialmente as comunidades sem coleta e tratamento de esgoto — maior o impacto que sofre diante de eventos climáticos extremos. Inundações, contaminação de mananciais, proliferação de doenças e perda de qualidade de vida são apenas alguns dos efeitos diretos.

No Brasil, o desafio é urgente. O Marco Legal do Saneamento determina que, até 2033, 90% dos brasileiros tenham acesso à coleta e ao tratamento de esgoto. No entanto, ainda hoje 44,5% da população permanece à margem desse direito básico. O atraso deixa claro que o país precisa combinar infraestrutura estrutural com novas abordagens capazes de responder às realidades locais.

É nesse cenário que o saneamento móvel ganha espaço. Em regiões isoladas, áreas rurais, comunidades ribeirinhas ou bairros urbanos não regularizados — onde redes convencionais demoram anos para chegar — soluções como coleta de efluentes, limpeza de fossas, fornecimento de água potável e descarte certificado se consolidam como alternativas rápidas e eficientes.

Empresas especializadas já atendem setores complexos, como grandes mineradoras, mostrando que o modelo é tecnicamente seguro e operacionalmente viável.

A ampliação dessas soluções pode reduzir significativamente o tempo de espera por serviços essenciais, evitando que milhões de pessoas continuem expostas a um cotidiano marcado por fossas improvisadas, valas abertas e contaminação de rios e córregos. Além do impacto sobre a saúde pública, o esgoto não tratado intensifica a crise climática ao liberar metano, um dos gases mais potentes na intensificação do efeito estufa.

A inclusão do saneamento na agenda climática da COP30 reforça um consenso crescente: sem acesso universal à água e ao esgoto, não há desenvolvimento sustentável possível.

Diretora administrativa da Liderban

Disponível em <https://www. hojeemdia.com.br/opiniao/opiniao/saneamento-ganha-novo-peso-nas-discuss-es-climaticas-da-cop30-1.1093685>. Acessado em 09.12.2025.

1. Segundo o Texto 1, assinale a alternativa correta que apresenta o motivo de o tema sobre saneamento básico ter passado a ocupar posição central nas discussões climáticas da COP30.
  - A) Passou a ser tratado como parte das estratégias de desenvolvimento urbano adotadas pelos países participantes.
  - B) Foi reconhecido como elemento decisivo para reduzir vulnerabilidades e apoiar políticas de adaptação climática.
  - C) Representa uma oportunidade de ampliar investimentos internacionais em infraestrutura hídrica de grande porte.
  - D) As delegações buscaram alinhar o debate às práticas tradicionais já consolidadas no setor ambiental global.
2. De acordo com o Texto 1, a adoção de soluções de saneamento móvel pode ser entendida como uma resposta estratégica principalmente porque
  - A) substituiu integralmente a necessidade de implantação de redes convencionais, eliminando custos estruturais de longo prazo.
  - B) garante a universalização do ODS 6 antes de 2030, ao permitir que países em desenvolvimento acelerem a expansão urbana.
  - C) opera como mecanismo de mitigação e adaptação simultaneamente, reduzindo tanto a exposição a riscos climáticos quanto a emissões associadas ao esgoto não tratado.
  - D) neutraliza a liberação de dióxido de enxofre decorrente da decomposição biológica em áreas de vulnerabilidade hídrica.
3. Com base em estruturas sintáticas e padrões de concordância verbal presentes no Texto 1, assinale a alternativa correta em que a forma verbal destacada está empregada de acordo com a norma padrão.
  - A) **Emergiu**, nos debates da COP30, novas pressões internacionais, reforçando o papel do saneamento na agenda climática.
  - B) No cenário brasileiro, **persistem** um conjunto de obstáculos estruturais que dificultam a universalização do serviço.
  - C) **Surgem**, em áreas isoladas, soluções móveis de saneamento, capazes de acelerar o atendimento a comunidades vulneráveis.
  - D) Ao longo do texto, **aparece** diversas referências ao impacto do esgoto não tratado sobre a crise climática que pode prejudicar muito a população.
4. Com base nos vocábulos presentes na frase “Delegações de mais de 160 países têm destacado que não é possível falar em adaptação climática, redução de desigualdades ou segurança hídrica sem ampliar o acesso à água potável e ao tratamento de esgoto”, assinale a alternativa correta quanto à classificação dos encontros vocálicos e consonantais.
  - A) Em “países”, ocorre hiato, e em “climática” o grupo “cl” representa um encontro consonantal perfeito.
  - B) Em “possível”, ocorre um dígrafo consonantal, e em “segurança” há um ditongo oral crescente.
  - C) Em “redução”, há ditongo decrescente, e em “hídrica” há um encontro consonantal imperfeito.
  - D) Em “delegações”, registra-se ditongo crescente, e em “água” ocorre um hiato.

5. Analise o trecho a seguir: “**Além do impacto sobre a saúde pública, o esgoto não tratado intensifica a crise climática ao liberar metano, um dos gases mais potentes na intensificação do efeito estufa**”. Sobre a acentuação gráfica das palavras destacadas, analise os itens abaixo:

- I. em “além”, tem-se uma palavra paroxítona terminada em “em”;
- II. em “saúde”, tem-se uma palavra paroxítona acentuada devido ao “u” tônico de um hiato;
- III. em “pública”, o acento não é mais necessário desde a reforma promovida pelo Novo Acordo Ortográfico;
- IV. em “climática”, tem-se uma palavra proparoxítona acentuada por terminar na vogal “a”.

A partir dos itens acima, assinale a alternativa correta.

- A) Somente os itens I e II estão corretos.
- B) Somente o item II está correto.
- C) Somente os itens III e IV estão corretos.
- D) Somente o item IV está correto.

6. O período “**A lógica é simples e inequívoca: quanto mais vulnerável uma população é — especialmente as comunidades sem coleta e tratamento de esgoto — maior o impacto que sofre diante de eventos climáticos extremos**”, é composto por

- A) oração principal e oração subordinada substantiva predicativa.
- B) oração principal e oração subordinada adverbial comparativa.
- C) oração assindética e oração coordenada sindética explicativa.
- D) oração principal e oração subordinada adverbial proporcional.

7. Observe e reconheça a função exercida pela partícula “que” no período “**O Marco Legal do Saneamento determina que, até 2033, 90% dos brasileiros tenham acesso à coleta e ao tratamento de esgoto**”. Assinale a alternativa correta que apresenta uma oração em que a partícula “que” exerça exatamente a mesma função do exemplo.

- A) Há necessidade de **que** todos os países se unam em prol dos compromissos ambientais assumidos na COP 30.
- B) Não há mais tempo para reverter o mal causado ao meio ambiente, **que** já está colapsando há muito tempo.
- C) Na COP 30, estão se discutindo ações **que** as nações devem tomar para minimizar os efeitos da mudança climática.
- D) **Que** a nossa natureza possa se reerguer diante de tantas atrocidades cometidas contra ela pelo próprio ser humano!

8. As expressões em destaque no período “**A inclusão do saneamento na agenda climática<sup>1</sup> da COP30 reforça um consenso crescente<sup>2</sup>: sem acesso universal à água e ao esgoto<sup>3</sup>, não há desenvolvimento sustentável possível**” estão exercendo, respectivamente, função sintática de

- A) 1. adjunto adnominal – 2. objeto direto – 3. objeto indireto.
- B) 1. objeto indireto – 2. complemento nominal – 3. adjunto adverbial.
- C) 1. sujeito – 2. objeto direto e indireto – 3. complemento nominal.
- D) 1. adjunto adverbial – 2. objeto direto – 3. complemento nominal.

9. No período “**É nesse cenário que o saneamento móvel ganha espaço**”, a oração em destaque pode ser classificada como

- A) subordinada substantiva subjetiva.
- B) coordenada sindética explicativa.
- C) subordinada adverbial consecutiva.
- D) subordinada substantiva objetiva direta.

10. Analise o trecho a seguir: “**A ampliação dessas soluções pode reduzir significativamente o tempo de espera por serviços essenciais, evitando que milhões de pessoas continuem expostas a um cotidiano marcado por fossas improvisadas, valas abertas e contaminação de rios e córregos**”. Em relação à classificação morfológica das palavras destacadas no trecho, analise os itens abaixo:

- I. “ampliação” pode ser classificada como adjetivo;
- II. “significativamente” exerce função de advérbio de modo;
- III. “por” está exercendo função de conjunção;
- IV. “a” está exercendo função de preposição;
- V. “contaminação” e “essenciais” estão funcionando como adjetivos.

A partir dos itens acima, assinale a alternativa correta.

- A) Somente os itens I e III estão corretos.
- B) Somente os itens II e IV estão corretos.
- C) Somente os itens II e V estão corretos.
- D) Somente os itens III e IV estão corretos.

#### NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. A equipe de suporte técnico de uma faculdade precisa enviar semanalmente relatórios, fotos de eventos e planilhas de desempenho para a coordenação. Como o volume de arquivos é grande, o coordenador pediu que tudo seja enviado em um único pacote para facilitar o armazenamento e evitar que o e-mail ultrapasse o limite máximo de envio. Para atender a essa demanda, o técnico responsável decidiu compactar todos os arquivos antes de enviá-los. No entanto, a coordenação relatou que, ao tentar descompactar o material recebido no computador da secretaria, algumas pastas não apareciam, embora estivessem visíveis no arquivo compactado. Considerando esse cenário, assinale a alternativa que apresenta a causa mais provável do problema e a solução adequada.

- A) A compactação foi realizada no formato ZIP, que não suporta múltiplas pastas; portanto, deve-se utilizar apenas o formato RAR.
- B) A pasta compactada pode ter sido criada com permissões restritas ou arquivos ocultos; ao descompactar, o sistema pode esconder esses itens. A solução é revisar as permissões e configurar a visualização de arquivos ocultos.
- C) A secretaria descompactou o arquivo em um computador sem internet, o que impede a visualização de arquivos compactados.
- D) O arquivo foi corrompido no envio e a única solução é excluir todos os arquivos e compactar novamente, pois arquivos ZIP não podem ser reparados.

12. Joana trabalha no setor de atendimento de uma empresa e recebe diariamente grande volume de e-mails tanto no Microsoft Outlook quanto no Gmail, pois utiliza contas corporativas e pessoais para separar demandas internas e externas. Para organizar sua rotina, ela precisa garantir que:

- todos os e-mails com arquivos PDF enviados pelos clientes sejam automaticamente direcionados para uma pasta chamada “Documentos Recebidos” no Outlook;
- mensagens de fornecedores que contenham a palavra “orçamento” no assunto sejam marcadas como importantes e fiquem em destaque no Gmail;
- ao responder solicitações urgentes, ela consiga anexar rapidamente documentos recentes sem precisar procurar profundamente nas pastas do computador.

Com base nessas necessidades, assinale a alternativa que apresenta a solução correta para o uso adequado dos recursos do Outlook e do Gmail.

- A) No Outlook, Joana deve criar uma regra (Rule) com condição baseada apenas no remetente, pois filtros por tipo de anexo não estão disponíveis; no Gmail, marcar mensagens como importantes só é possível manualmente.
- B) O Gmail não permite criar filtros baseados no conteúdo do assunto; já no Outlook, somente regras para e-mails sem anexos podem ser utilizadas.
- C) No Outlook, é possível criar uma regra que mova automaticamente mensagens com anexos em PDF para uma pasta específica; no Gmail, é possível criar um filtro que identifique a palavra “orçamento” no assunto e marque o e-mail como importante; e ambos os serviços permitem anexar arquivos recentes diretamente por atalhos no editor de e-mail.
- D) Outlook e Gmail não possuem mecanismos automáticos de organização; qualquer movimentação ou marcação deve ser realizada manualmente pelo usuário.

13. A Prefeitura de uma cidade desenvolveu dois ambientes digitais para melhorar o atendimento ao cidadão e a comunicação interna:

- o primeiro é um portal público, onde qualquer pessoa pode consultar serviços, emitir boletos e acompanhar solicitações; e
- o segundo é uma plataforma interna, acessível somente por servidores municipais, contendo folhas de pagamento, documentos internos e sistemas administrativos.

Durante uma reunião, um estagiário afirmou que ambos os sistemas utilizam “Internet”, pois funcionam por meio de navegadores e usam endereços do tipo http ou https. O gerente de TI, porém, esclareceu o equívoco.

Considerando o contexto, assinale a alternativa que representa corretamente a explicação do gerente.

- A) O portal público utiliza a Internet, pois é acessível a todos, enquanto a plataforma interna constitui uma Intranet, já que é restrita e funciona apenas dentro da rede institucional.
- B) Os dois sistemas são exemplos de Internet porque qualquer serviço acessado pelo navegador é automaticamente público.
- C) Ambos são exemplos de Intranet, pois a prefeitura é responsável pela criação e manutenção dos dois serviços.
- D) A plataforma interna é Internet, pois usa protocolos web, e o portal público é Intranet, já que presta serviços específicos da prefeitura.

14. Bruna costuma acessar sites para realizar compras on-line e consultar redes sociais. Para garantir uma navegação segura, ela deve adotar práticas que reduzam riscos de fraudes, vírus e roubo de dados. Assinale a alternativa que apresenta uma medida correta de navegação segura.

- A) Acessar qualquer site que ofereça promoções, sem verificar se a conexão é segura, para economizar tempo.
- B) Compartilhar senhas em sites de confiança para facilitar o acesso em diferentes dispositivos.
- C) Manter o navegador e o antivírus atualizados, usar conexões HTTPS em sites confiáveis e evitar clicar em links suspeitos.
- D) Desativar todos os alertas de segurança do navegador para evitar mensagens inconvenientes.

15. Uma empresa deseja proteger sua rede interna contra acessos não autorizados e ataques externos, garantindo que apenas dados confiáveis entrem ou saiam do sistema. Para isso, o setor de TI recomenda o uso de firewalls. Assinale a alternativa que descreve corretamente a função de um firewall.

- A) Software ou hardware que cria cópias de segurança automáticas de todos os arquivos da rede.
- B) Programa que aumenta a velocidade da conexão com a Internet, priorizando downloads de grandes arquivos.
- C) Dispositivo que criptografa todos os dados armazenados em servidores internos para impedir acessos externos.
- D) Sistema que monitora e filtra o tráfego de rede, permitindo ou bloqueando pacotes de acordo com regras de segurança definidas.

### LEGISLAÇÃO E ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

16. Na relação entre a Lei nº 12.527/ 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção aos Dados – LGPD), a divulgação de informações pelo Estado deve obedecer ao critério da

- A) supremacia total da privacidade sobre o interesse público.
- B) máxima transparência possível, equilibrada com proteção de dados pessoais.
- C) decisão subjetiva da autoridade solicitada.
- D) publicidade absoluta, sem restrições.

17. A moral, no contexto da Administração Pública, refere-se a

- A) princípios administrativos obrigatórios ao servidor.
- B) regras coletivas definidas pela sociedade.
- C) valores pessoais que influenciam a conduta do indivíduo.
- D) normas legais impostas pela Constituição.

18. De acordo com o art. 37, *caput*, da Constituição, a ética pública exige que o servidor

- A) atue com honestidade, integridade e boa-fé institucional.
- B) utilize sua autonomia para decidir conforme preferências pessoais.
- C) priorize interesses particulares, se não houver prejuízo ao serviço.
- D) adote padrões morais exclusivamente privados no exercício da função.

19. A publicidade dos atos administrativos implica a
- A) obrigação de divulgar todas as informações, inclusive pessoais sensíveis.
  - B) divulgação apenas das informações que beneficiem a imagem da Administração.
  - C) exigência de justificativa prévia do cidadão para liberar documentos públicos.
  - D) garantia de que a sociedade possa conhecer informações públicas, salvo hipóteses legais de sigilo.

20. Conforme os princípios previstos na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), o tratamento de dados pelo poder público deve observar

- A) o compartilhamento amplo sem justificativa.
- B) a coleta ilimitada e o uso irrestrito.
- C) a divulgação automática de todos os dados pessoais.
- D) a finalidade específica, necessidade e transparência.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Os princípios fundamentais orientadores da atividade da Administração Pública encontram-se, explícita ou implicitamente, na Constituição Federal de 1988 (CF/88). No *caput* do art. 37, da CF/88, estão expressos os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Assinale a alternativa correta acerca da atuação de João, gestor da Secretaria Municipal de Obras, responsável pela autorização da abertura de processos licitatórios, em conformidade com os princípios norteadores da Administração Pública.

- A) João age em conformidade com o princípio da eficiência quando atua de forma organizada, inovadora, com foco na prestação de serviços de alta qualidade e na otimização dos recursos, vislumbrando o bem-estar da sociedade e o atendimento dos interesses da administração pública.
- B) A determinação de João de divulgar, em meios oficiais, atos administrativos é compatível com o princípio da publicidade, o qual não admite nenhuma restrição.
- C) João não pode agir nos termos de uma medida provisória que regulamenta determinada conduta, na hipótese de não existir lei que regulamente a conduta, porque o princípio da legalidade é categórico no sentido de que o administrador só pode agir conforme a lei, não admitindo exceção.
- D) João pode priorizar interesses pessoais, desde que repute compatíveis com os objetivos da Administração Pública.

22. O Estado do Ceará decidiu reestruturar sua atuação em atividades econômicas e serviços públicos. Com isso, instituiu, mediante autorização legal, uma pessoa jurídica de direito privado, com capital integralmente público, sujeita ao regime jurídico empresarial e destinada à prestação de serviço público essencial. Com base nessa informação, assinale a alternativa correta que indica a entidade da administração indireta que foi criada.

- A) Autarquia.
- B) Empresa Pública.
- C) Sociedade de Economia Mista.
- D) Fundação Pública de Direito Privado.

23. Os órgãos públicos são unidades integrantes da estrutura de uma mesma pessoa jurídica, nas quais são agrupadas competências a serem exercidas por meio de agentes públicos. Sobre os órgãos públicos, assinale a alternativa correta.

- A) São resultados da técnica da descentralização no âmbito da organização administrativa.
- B) São centros de competência despersonalizados, cuja atuação é imputada à pessoa que integram.
- C) Possuem patrimônio próprio.
- D) Não podem firmar, por meio de seus administradores, contratos de gestão com outros órgãos ou com pessoas jurídicas.

24. Após denúncias de irregularidades em contratos envolvendo recursos tecnológicos destinados à execução de serviços públicos no Estado do Ceará, a comissão de fiscalização da assembleia legislativa instaurou procedimento para colher depoimentos de servidores e requisitar documentos ao Poder Executivo. O Governador do Estado editou Decreto Complementar interpretando dispositivos de uma lei estadual já existente, definindo critérios para transparência ativa. O Tribunal de Justiça do Estado, ao julgar mandado de segurança impetrado por empresa investigada, determinou que certa comissão parlamentar deveria observar limites constitucionais de investigação, mas manteve a validade do Decreto governamental. Considerando o princípio da separação funcional dos poderes e as classificações de funções típicas e atípicas, assinale a alternativa correta.

- A) A atividade da assembleia legislativa consiste em função atípica, pois a investigação administrativa é típica do Poder Executivo.
- B) O decreto do Governador constitui função atípica, pois a interpretação normativa é atribuição típica do Poder Judiciário.
- C) A comissão de fiscalização da assembleia legislativa, o governador do Estado e o tribunal de justiça realizaram funções típicas do Poder Legislativo, do Poder Executivo e do Poder Judiciário, respectivamente.
- D) O controle da legalidade da atuação da comissão, realizado pelo Tribunal de Justiça, caracteriza função atípica do judiciário, pois interfere na atividade legislativa.

25. Alberto, com formação universitária em Direito e experiência em gestão pública, recebeu o convite de um magistrado, que conhece o potencial do seu trabalho e confia no seu desempenho de liderança, para assumir a direção de Secretaria da Unidade Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, ao qual o magistrado é vinculado. Alberto não realizou concurso público para o quadro de pessoal do Tribunal de Justiça e tornou-se Diretor de Secretaria desta Unidade Judiciária por livre provimento, dada a natureza de chefia do cargo. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A) Alberto se tornará servidor de carreira efetivo.
- B) Alberto se tornará empregado público efetivo.
- C) Alberto ocupará função comissionada.
- D) Alberto ocupará cargo comissionado.

26. A estrutura organizacional constitui a forma pela qual as atividades organizacionais são estabelecidas, divididas e organizadas. Sobre a estrutura organizacional da Administração Geral, assinale a alternativa correta.

- A) Especialização por *expertise* e decisões descentralizadas são características da estrutura linear.
- B) A estrutura em rede é de rigidez departamental e de pouca adaptabilidade.
- C) Na estrutura linha-staff, tanto existe a supervisão direta sobre o funcionário quanto a de suporte, a de apoio, a de consultoria e a de recomendações, sem caráter executório.
- D) A estrutura funcional é a mais comum de ser encontrada e, por ela, o subordinado se reporta ao chefe imediato, em observância à unidade de comando característica desta estrutura.

27. Sobre os atributos e os elementos dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A) O atributo da presunção relativa de veracidade da realidade afirmada permeia todos os atos administrativos e confere a eles fé pública.
- B) Todos os atos administrativos são dotados do atributo da autoexecutoriedade.
- C) Os elementos de finalidade e de forma, via de regra, são discricionários.
- D) Os elementos competência e objeto são sempre vinculados.

28. Sobre a temática do controle das contratações, disposta na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assinale a alternativa correta.

- A) Qualquer pessoa pode impugnar um edital de licitação ou solicitar esclarecimentos, devendo protocolar o pedido em até cinco dias úteis antes da abertura do certame, e a Administração deve responder em até três dias úteis após a abertura.
- B) O prazo para interposição de recurso contra ato de habilitação ou inabilitação de licitante é de três dias úteis, contado da data de intimação ou lavratura da ata, sendo obrigatória a manifestação imediata da intenção de recorrer em face de julgamento de propostas e de ato de habilitação ou inabilitação de licitante.
- C) Da aplicação das sanções de advertência, de multa e de impedimento de licitar e de contratar, caberá recurso no prazo de dez dias úteis, contado da data da intimação, e a autoridade superior deverá decidir em até quinze dias úteis.
- D) O acolhimento do recurso implica a invalidação de todos os atos subsequentes ao ato recorrido, ainda que sejam suscetíveis de aproveitamento.

29. Os princípios constitucionais da administração pública, previstos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, orientam a atuação dos agentes públicos. Entre esses princípios, aquele que estabelece que a Administração deve atuar de forma impessoal, sem favorecimentos ou perseguições pessoais, é denominado de princípio da

- A) legalidade.
- B) moralidade.
- C) impessoalidade.
- D) eficiência.

30. Acerca da gestão documental aplicada aos contratos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A) A gestão documental deve contemplar todo o ciclo de vida do documento, incluindo produção, tramitação, uso, avaliação, arquivamento e destinação final, garantindo autenticidade, integridade e acessibilidade.
- B) A guarda de documentos contratuais deve ser feita, exclusivamente, em meio físico, pois a digitalização não é considerada válida para fins de autenticidade e integridade.
- C) O arquivamento de documentos contratuais é responsabilidade exclusiva do setor jurídico, não havendo necessidade de integração com áreas administrativas ou de fiscalização.
- D) A eliminação de documentos contratuais pode ocorrer a qualquer momento, desde que haja autorização do gestor do contrato, independentemente de tabela de temporalidade ou legislação específica.

31. Durante a execução de um contrato de prestação de serviços continuados, Nelson, fiscal designado pelo município Alpha, percebeu inconsistências na execução do objeto e decidiu elaborar um relatório de fiscalização. Considerando as boas práticas de gestão documental e as normas aplicáveis, assinale a alternativa correta sobre a elaboração e o arquivamento deste relatório.

- A) Nelson deverá elaborar o relatório de fiscalização apenas ao final do contrato, dispensando registros periódicos, pois relatórios intermediários não possuem valor jurídico.
- B) Nelson poderá arquivar o relatório em qualquer pasta administrativa, não sendo necessário vincular ao processo do contrato, desde que haja cópia digital disponível.
- C) É suficiente que o relatório contenha apenas uma avaliação subjetiva de Nelson sobre a qualidade do serviço, sem necessidade de anexar evidências ou indicar medidas corretivas.
- D) Nelson deverá confeccionar relatório circunstanciado, contendo descrição detalhada das ocorrências, registros fotográficos, se realizados, e arquivá-lo no processo do contrato, a fim de garantir rastreabilidade e transparência.

32. A Coordenadoria de Fiscalização Contratual de um município recebeu um ofício solicitando providências sobre um contrato em execução. Cinthia, servidora responsável pelo protocolo, registrou o documento no sistema, atribuiu número único, classificou e o encaminhou à unidade competente. Considerando as normas e boas práticas de gestão documental, assinale a alternativa correta.

- A) Cinthia pode optar por registrar o documento no protocolo, pois a obrigação é apenas de arquivá-lo diretamente na unidade responsável pelo contrato.
- B) Cinthia não pode anexar cópias ou versões digitais, porque o protocolo deve manter apenas documentos originais.
- C) Cinthia deverá atribuir número único ao documento, porque a tramitação deve garantir rastreabilidade, com registro da movimentação e controle de prazos.
- D) Cinthia não deve se preocupar em classificar o documento, pois dispensável para organização e recuperação da informação, já que o assunto pode ser identificado apenas pelo texto do ofício.

33. O Regimento Interno da Câmara Municipal, instituído pela Resolução Municipal nº 86/2021, disciplina a organização, competências e funcionamento da Casa Legislativa. Sobre esse instrumento normativo, assinale a alternativa correta:

- A) O Regimento Interno só pode ser alterado por meio de uma lei municipal aprovada em dois turnos, não sendo permitida alteração por resolução da própria Câmara.
- B) A Resolução Municipal nº 86/2021 pode definir a composição da Mesa Diretora, prazos para votação e funcionamento das comissões, bem como dar normas para sessões e proposições.
- C) O Regimento Interno é apto apenas a dispor sobre sanções aos parlamentares, não podendo tratar de questões como tramitação de proposições ou funcionamento das comissões permanentes.
- D) A vigência do Regimento Interno depende exclusivamente da sanção do prefeito municipal, pois a Câmara não possui autonomia para aprovar seu funcionamento interno.

34. O município de Independência/CE integra, com autonomia política, administrativa e financeira, a República Federativa do Brasil e o Estado do Ceará, nos termos da Constituição Federal e da Constituição do Estado. Com base nas disposições da lei orgânica do município de Independência/CE, assinale a alternativa correta.

- A) Os servidores do município de Independência/CE podem ser transferidos por qualquer razão, a critério da Administração Pública, pois a edilidade integra uma região do Estado do Ceará em que não se assegura aos servidores a regra, prevista na Constituição Federal de 1988, da inamovibilidade.
- B) A Mesa da Câmara Municipal será composta de um presidente, de um vice-presidente e de um secretário.
- C) Compete à Câmara Municipal privativamente, entre outras atribuições, julgar as contas anuais do município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
- D) O Poder Executivo não tem o dever de enviar para a Câmara Municipal, de seis em seis meses, quadro demonstrativo dos servidores municipais com os respectivos vencimentos.

35. A Lei Orgânica do Município, instituída pela Lei nº 003, de 10 de março de 1993, é considerada a "Constituição Municipal", estabelecendo a estrutura política, administrativa e organizacional do município. Sobre esse instrumento normativo, assinale a alternativa correta.

- A) A Lei Orgânica do Município depende de aprovação prévia da União para entrar em vigor, pois o município não possui autonomia legislativa.
- B) A Lei Orgânica estabelece princípios de organização do governo municipal, competências dos poderes locais e regras sobre serviços públicos, administração e participação cidadã.
- C) A Lei Orgânica tem vigência limitada a 10 anos, devendo ser totalmente reescrita após esse período.
- D) A Lei Orgânica trata exclusivamente da organização das secretarias municipais, não podendo abordar temas como orçamento, educação ou saúde.

36. A estrutura administrativa do Estado brasileiro é composta pela administração direta e pela administração indireta. Nesse contexto, assinale a alternativa que corretamente descreve a diferença entre essas duas formas de organização administrativa.

- A) A administração direta é composta apenas por autarquias, enquanto a indireta inclui Ministérios e Secretarias vinculadas ao Poder Executivo.
- B) A administração direta é formada por entidades descentralizadas, com autonomia administrativa e financeira, para execução de atividades específicas.
- C) A administração indireta é constituída pelos órgãos que integram a estrutura central do Estado, sem personalidade jurídica própria.
- D) A administração indireta é integrada por entidades com personalidade jurídica própria, como autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

37. Assinale a alternativa que apresenta a correta distinção entre a classificação e as características dos órgãos públicos:

- A) Órgãos autônomos são unidades com ampla autonomia financeira e administrativa, caracterizadas por serem dirigidas por chefes de Poder, como os Ministérios e as Secretarias de Estado, e estão diretamente subordinados aos órgãos independentes.
- B) Órgãos superiores são aqueles que possuem limitada capacidade de decisão e se restringem a executar as tarefas determinadas pelos órgãos de cúpula, como as seções de protocolo e a própria recepção de uma instituição.
- C) Órgãos subalternos são caracterizados por terem poder decisório e função de direção, responsáveis por planejar, controlar e fixar metas para toda a instituição, estando subordinados aos órgãos autônomos.
- D) Órgãos independentes são aqueles que se situam no ápice da estrutura estatal, como o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Supremo Tribunal Federal, e exercem as funções primárias do Estado (executiva, legislativa e judiciária), sendo subordinados apenas à Constituição.

38. No sistema constitucional brasileiro, cada Poder da República possui competências específicas. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma competência típica do Poder Legislativo.

- A) Elaborar leis e fiscalizar os atos do Poder Executivo.
- B) Julgar ações constitucionais e resolver conflitos entre particulares.
- C) Executar políticas públicas e dirigir a administração federal.
- D) Aplicar sanções administrativas e coordenar a atuação das autarquias federais.

**39.** A separação dos Poderes no Brasil confere a cada um deles características próprias, regime jurídico específico e competências definidas pela Constituição. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- A)** O Poder Judiciário tem como característica essencial a independência funcional de seus membros, submetendo-se a regime jurídico estatutário próprio e exercendo como competência típica a jurisdição.
- B)** O Poder Executivo possui natureza colegiada, sendo formado exclusivamente por órgãos deliberativos, e seu regime jurídico é predominantemente jurisdicional.
- C)** O Poder Legislativo é caracterizado pela função típica de administrar, possuindo regime jurídico administrativo e competência para executar diretamente políticas públicas.
- D)** Os três Poderes possuem características organizacionais idênticas, submetem-se ao mesmo regime jurídico e dividem igualmente a competência legislativa como função típica.

**40.** Os atos administrativos são manifestações unilaterais da Administração Pública que produzem efeitos jurídicos imediatos. Entre os elementos essenciais dos atos administrativos, assinale a alternativa que apresenta corretamente um desses elementos.

- A)** A conveniência, que consiste na finalidade política escolhida pelo agente, independentemente do interesse público.
- B)** A motivação, que é sempre dispensável, pois os atos administrativos são presumidos legítimos e não necessitam de justificativa.
- C)** O objeto, que se refere ao agente público responsável pela prática do ato.
- D)** A forma, que corresponde ao meio pelo qual o ato é exteriorizado, sendo, em regra, escrita, salvo quando a lei permitir outra modalidade.